



Universidades Lusíada

Garcia, Orlando Alves

Pais, Elza Maria Henriques Deus, 1958-

Rendimento mínimo, cultura de inserção e desenvolvimento local, rendimento mínimo e inserção social de grupos em "destituição" : conclusões dos workshops

<http://hdl.handle.net/11067/4026>

Metadados

Data de Publicação	1997
Palavras Chave	Rendimento mínimo garantido
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 15-16 (1997)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:25:40Z com informação proveniente do Repositório

CONCLUSÕES DOS WORKSHOPS

WORKSHOP

“Rendimento Mínimo, Cultura de Inserção e Desenvolvimento Local”

Destaques das Intervenções (encadeamento de tópicos da responsabilidade do relator, na fórmula do “guião-dramático”):

- Encina Delgado (Galiza): Renta Mínima a funcionar na Galiza desde 1992; processo interligado com o Programa Horizon; baseia-se em prestações pecuniárias articuladas com projectos de inserção; na dimensão da inserção funcionou um programa — designado ITINERE (Horizon) — para projectos e itinerários de inserção (com base no auto-emprego e na contratação); levado a cabo pelos Serviços Locais; no total e numa primeira avaliação, cerca de 6% de inserções conseguidas (em cerca de 3.000 processos dos primeiros 5 anos); foram detectadas zonas de “excepção” (2 exemplos) que atingiram os 35 a 40% nos resultados das inserções (com acentuação do mercado social e dos sectores económicos “infra-terciários”); no último ano, o funcionamento do programa custou cerca de meio milhão de contos; decorrentes da experiência, principais questões críticas para reflexividade: a cronicidade (entendida como institucionalização dos “crónico-instalados”) e a permissividade “paternalista” (por parte dos enquadramentos).
- José Cabeças (CM de Góis): concelho de Góis face ao problema da desertificação versus fixação; antecedentes neste tipo de intervenção no PDIAS de Coimbra (Programa de Desenvolvimento Integrado da Acção Social), com experiência de articulação nas chamadas “terras de ninguém” (zonas sem respostas institucionais); em relação ao RMG, projecto-piloto (“Premiar”) com 133 processos, tendo sido 78 deferidos (dos quais, 46 já recebiam apoios), o que representou um acréscimo de 50% (32 novos casos), tendo abrangido um total de cerca de 250 pessoas; definidas e accionadas 7 Áreas de Inserção; um dos principais parceiros a destacar no projecto-piloto foi o Ensino Recorrente;

o RGM deve ser encarado como um programa horizontal (integrado e integrador) em cruzamento com as estratégias de desenvolvimento local; importância da dinâmica de interacções locais (parcerias); o projecto-piloto foi um caso interessante em que uma CM liderou; actualmente verificam-se dificuldades na transição do projecto-piloto para a universalização; crítica à tendencial hegemonização da Segurança Social, considerando-se que a dinâmica anteriormente conseguida na fase de projecto-piloto terá sido retardada e prejudicada.

- Alcina Martins (ISSS de Coimbra): em relação às experiências em análise (5 anos na Galiza e caso experimental de Góis), é comum a medida de prestação e a determinação na componente da inserção; em relação às diferenças, verificou-se que em Espanha há entidades de rectguarda a estudar e em Portugal constata-se um particular empenhamento por parte das Autarquias; necessária maior reflexividade e controlo na questão da relação entre Parcerias e Administração Central e nas questões da descentralização e da necessidade de dispositivos ao nível local; importância da compatibilização entre os vectores endógenos do desenvolvimento local e os fundos-recursos que são exógenos; necessidade de aprofundar as questões da participação nos diferentes níveis e da integração dos planos individual e colectivo do “combinado” de medidas; é no territorial-local que se torna possível cruzar trajectórias concretas dos protagonistas com as estratégias de desenvolvimento local.
- Debate (principais “deixas” por ordem de entrada em cena):
 - alternativas para a cronicidade?
 - que taxas de sucesso admissíveis no plano das inserções? como será controlado e avaliado esse plano das inserções?
 - a componente pecuniária pode “matar à nascença”;
 - como garantir a horizontalidade e os seus prolongamentos?
 - técnicos interrogam-se: será uma medida de lançamento que tende a ser incluída no regime geral? será um princípio de redução do regime geral e da sua concentração nos que estão especialmente deprimidos?
 - dificuldades em estruturar respostas no local-regional porque não há realmente poder de decisão;
 - com esta nova medida, o Serviço Social está colocado em “charneiras” onde se torna perigoso trabalhar sem o conhecimento integral e o acesso aos apoios garantidos;

- [a propósito da Galiza] a experiência mostrou que à articulação tradicional repetitiva que os serviços já praticavam, acrescentou-se a obrigatoriedade de um esforço-extra; a Renta Mínima rompeu com a rotina do atendimento, o que, por um lado, tem provocado resistências por parte das valências instaladas, e por outro lado, tem possibilitado maiores visibilidades sobre as vulnerabilidade e sobre as formas de lhes responder;
- [a propósito da Galiza] a formação ocupacional não tem efeitos imediatamente mensuráveis, o que serve de exemplo para as dificuldades com os indicadores pertinentes nas avaliações;
- [a propósito da CM Góis] há “parceiros” e “Parceiros” (os que não têm e os que têm: Autonomia), ou seja, estão em jogo diferentes poderes de participação, insuficientemente concertados;
- [a propósito da CM Góis] é indispensável ter em atenção as diferenças entre processos que são dinamizados por “lideranças” e processos que são accionados por “aparelhos”;
- [a propósito da CM Góis] até agora não se estão a medir os efeitos, não estão a acontecer os acompanhamentos multidisciplinares e acentuam-se os perigos da “subsídio-dependência”;
- dificuldades em accionar e gerir inserções que assentem nos recursos comunitários (como parece ser inevitável) mas que tenham, simultaneamente, condicionantes demasiado generalistas para as especificidades casuísticas dos utilizadores do RMG;
- importância do debate insistente, entre todos os implicados, acerca das maneiras de gerir a aplicação e desenvolvimento próximo-futuro do RMG: parcerias auto-reguladas versus parcerias hegemónicas.

Estimulado pela qualidade reflexiva do “workshop”, o próprio relator não se coibiu do seu “a-parte”: os receios (ancestrais talvez) de uma “chapa 33” que possa instalar algum assistencialismo burocrático-deprimido, o estímulo por parte de medidas que são consideradas “correctas-desejáveis” e que obrigam os serviços a “trocar o passo” e a “baralhar e dar de novo” e, finalmente, a ideia (eventualmente provocatória) de que é provável que os utilizadores-tipo do RMG careçam de intervenções no sentido da sua “des-inserção” (no quadro das lutas contra as redundâncias indesejáveis).

Orlando Garcia, ISSS

WOKSHOP

“Rendimento Mínimo e Inserção Social de grupos em “Destituição”

Neste Workshop foram apresentadas duas experiências que retrataram o desenvolvimento da Acção Social com populações destituídas: uma portuguesa, desenvolvida no âmbito da intervenção do Centro Regional de Segurança Social do Centro Região Centro, em S. Jacinto, Aveiro, que se iniciou ainda no âmbito do projecto Piloto do RMG e está a ser coordenada pela Dr.^a Cristina Figueiro; outra, francesa, que está a ser desenvolvida em Paris no âmbito do Mouvement ATD Quart Monde, e foi apresentada por Denis Prost.

S. Jacinto tem uma população de 950 habitantes, e dos 22 processos entrados a requerer o RMG, que abrangem um total de 69 pessoas, 15 processos, a que corresponde um total de 50 pessoas, foram deferidos, 3 foram indeferidos e 4 foram cancelados. As áreas de inserção do projecto são as seguintes: educação; emprego; saúde; acção social; habitação. De todas, a que apresenta um número mais significativo é a designada como apoio psico-social, que se enquadra na área da acção social. Em Setembro de 1997 o valor mensal total do subsídio atribuído foi de 458.395\$00. Os Objectivos fundamentais do Projecto visam sobretudo promover a qualidade de vida e o relacionamento interpessoal, familiar e comunitário, através da realização de mudanças de atitudes dos formandos e aprendizagens essenciais.

O Movimento ATD Quart Monde é animado por três convicções fundamentais: a miséria não é fatal; viver em família é o primeiro acto de resistência dos mais desfavorecidos à miséria; absoluta prioridade aos mais desfavorecidos, não é um luxo mas uma necessidade, e todos os esforços são necessários para construir um Mundo de Justiça, Paz e Fraternidade.

O nível de miséria apresentado pela experiência francesa é mais elevado do que o apresentado na experiência portuguesa. De qualquer modo, em ambos os casos, as populações apresentam um grande grau de privação ao nível da higiene, alimentação, saúde, educação, etc. São populações desamparadas, com privação ainda ao nível de dignidade de emprego, de autoridade, onde a memória do passado e das suas trajectórias está perdida, não tendo o futuro como projecto mas como destino. Encaram o presente de forma resignada e com uma grande carga de inevitabilidade, não apresentando, por isso mesmo, uma estratégia de vida autónoma e definida. Serge Paugam, nas suas produções científicas mais recentes sobre esta temática, diz

mesmo, que este tipo de populações vivenciam a sua morte social ou morte simbólica, e, Ferreira de Almeida, diz ainda que, nestas populações, o modo de vida se encontra próximo, ou toca, mesmo, os limites onde a vida deixa de ser possível.

A grande questão que se coloca então, é saber como poderão estas populações ser revitalizadas? Como poderão ser capazes de ainda gerar recursos materiais e simbólicos? Como torná-las capazes de procurar meios de vida para a inserção social? Como, enfim, injectar vida em quem a perdeu? Será que a partir de um Direito se pode (re)construir uma vida? Será uma vida a valer ou uma vida protegida, sob a ameaça de que os protegemos ou infantilizamos? Foram as grandes questões avançadas pelo comentador, Dr. Micael Pereira

Nos dois países as metodologias de intervenção são parecidas, privilegiando a articulação de projectos, e o estabelecimento de parcerias ao nível das relações de parceria. Os programas de inserção são elaborados e executados com a participação dos parceiros, dos interessados e de suas famílias, implicando-se, desse modo, todos os intervenientes no processo de mudança.

Na experiência portuguesa apontou-se a necessidade de um maior desenvolvimento da acção social na vertente do apoio psico-social, que requer o recurso, ainda não existente, a terapias de grupo e familiares para desenvolver o estímulo pessoal à participação social. Apontou ainda a necessidade de desenvolver mais a intervenção ao nível do emprego, educação, saúde e apoio domiciliário. O apoio psico-social como estímulo à participação social, angariou alguma “agitação” entre os presentes, tendo ficado “no ar” uma certa desconfiança, um certo descrédito, feito de experiências vividas, à “psicologização” da intervenção social, o que a confirmar-se viria a contrariar o velho primado de Durkheim, trazido agora para a intervenção, da explicação do social pelo social, bem como a fundamentação weberiana e de Cooley de que a interacção ultrapassa igualmente o terapêutico numa construção pessoal e social da realidade.

O RMG permite, assim, em Portugal a redefinição da acção social, pois em S. Jacinto, antes da implementação do RMG apenas um família tinha acesso à acção social, agora são 15 as famílias apoiadas. É, no dizer do comentador do workshop, Dr. Micael Pereira, o Estado a forçar-se a si mesmo a estar presente nos locais, mostrando várias visibilidades: políticas de acção social mais próximas dos cidadãos / actores, e, pobreza mais visível aos olhos de todos. Será a ruptura com um certo assistencialismo de denuncia que nada resolvia, é o aproveitamento de sinergias locais para o desenvolvimento auto-sustentado. Se é certo que as pessoas

necessitam de ser protegidas, também não o é menos, que é necessária muita “genica” para não as tornar dependentes e para fazer rupturas com o proteccionismo. É esse o grande desafio à acção social. É, também, o medo de quem acalenta preocupações de mudança que criem autonomias e não promovam dependências.

Na experiência francesa foi salientada uma maior individualização da intervenção social, no reforço das inter-relações directas dos técnicos com as pessoas e suas famílias, sem prejuízos do desenvolvimento de intervenções comunitárias mais amplas. Foram ainda apontadas alguns dos efeitos perversos visíveis das Políticas de Protecção, no caso, à Infância, que, ao serem excessivamente proteccionistas, geram nas famílias o medo do Estado lhes poder retirar os filhos a qualquer momento. Este proteccionismo aumenta a instabilidade/ fragilidade das populações destituídas, retirando-lhes, o Estado, o resto que ainda têm. Será um perigo, exagero, ponto de reflexão, no mínimo, a ter em conta, se nos quisermos situar numa óptica de prevenção do erro, através dos erros que os outros não preveniram.

Ao nível das metodologias, a experiência francesa surgiu como contra-ponto ao apontado apoio psico-social para a participação social, apresentado pela experiência portuguesa, ao colocar a tónica da motivação à participação na dimensão cultural, através da implementação de bibliotecas locais, espaços de discussão, desenvolvimento da formação profissional e para a vida, etc.

De qualquer modo, ambas as experiências privilegiam o diálogo e a empatia na relação técnico-cliente, cidadão beneficiário, no dizer de Francisco Branco, como meio para a inserção social e para a reconstituição. Deste modo, facilitar-se-á a acessibilidade dos cidadãos aos dispositivos e desenvolver-se-á uma maior abertura à ajuda, de forma a que os cidadãos melhor possam assumir o seu direito ao RMG ou RMI. Pois, em ambas as experiências é forte a evidência do desconhecimento, por parte das comunidades locais, deste dispositivo, bem como da forma de lhe ter acesso. Na experiência portuguesa verificou-se o desenvolvimento de uma estratégia comunitária espontânea, que consiste numa divulgação por contacto directo, de cidadão a cidadão, na linha da retribalização das solidariedades grupais. Tal facto, muito poderá revelar, deixo para reflexão, das riquezas encobertas destas populações chamadas destituídas.

Em ambas as experiências, os cidadãos são submetidos ao contrato de inserção e ao seu controlo, podendo ser expulsos do programa, se não o cumprirem. Os limites da vertente do controlo nos processos contratualistas, em articulação com os limites da ajuda, bem como a interpenetração destas duas vertentes, é, sem dúvida,

uma discussão em aberto na acção social, extensível, entre outros, também, ao campo da acção social na Justiça. Como conciliar ajuda com controlo, sem que os cidadão percam a sua privacidade, que também é um Direito de Cidadania!

Em síntese, salienta-se que neste processo de transição se registam mudanças ao nível da relação Estado-Cidadão, aumentando, por um lado, as relações de proximidade que entre ambos se estabelecem, e, por outro lado, forçando-se o Estado a si próprio a estar mais presente nos locais. Esse diálogo estreito entre Estado-Cidadão permitiu a explicitação de várias visibilidades, por um lado, as políticas de Acção Social estão mais próximas dos cidadãos, por outro, a pobreza é mais visível aos olhos de todos.

Esta relação entre Estado-Cidadão é feita através de uma rede de relações estatais e privadas que apresentam um rosto. Seria, contudo, importante introduzir na discussão sobre estas temáticas a qualificação desse “rosto”, e de que modo ele aproxima ou distancia os cidadãos das decisões que sobre eles são tomadas. Essas decisões aparecem, muitas vezes, aos olhos dos cidadãos como anónimas, traumáticas e distantes, o que embora contribua para a promoção da igualdade de direitos, desacredita os direitos de confiança. Como garantir os direitos de cidadania numa relação de proximidade e confiança entre Estado-Cidadão é uma das grandes questões que se coloca, e que merecerá indiscutivelmente a atenção dos debates sobre estas matérias.

Regista-se ainda um maior aproveitamento das sinergias locais e uma ruptura com os processos assistencialistas de intervenção, colocando-se, sobretudo a tónica na participação, embora se tacteie, ainda, a melhor forma de o fazer. Contudo, O desafio está lançado, ao nível da necessidade de definição de estratégias de ruptura com práticas tradicionais. Resta saber se sabemos enfrentá-lo, se sabemos conciliar a protecção de que as pessoas necessitam sem cair no exagero do proteccionismo, que o mesmo é dizer, da desresponsabilização, da dependência. Que “genica”, no dizer de Micael Pereira, é preciso colocar nesta Acção para que ela se torne eficaz e não degenera! É este o grande medo, é também o grande desafio.

Elza Pais, ISSS